

Apelo ao bom senso

A exortação do ministro da Justiça, Célio Borja, em favor de um desfecho mais rápido para as atividades das CPIs criadas no âmbito do Congresso Nacional, filia-se a uma conveniência política de nenhum modo estranha ao interesse nacional. Assim ocorre, principalmente, em relação à Comissão encarregada de apurar denúncias de corrupção contra o empresário Paulo César Farias, cujos trabalhos já envolveram todos os campos suscetíveis de investigação.

Por revelar objetivo ajustado ao resguardo da tranquilidade política, o apelo de Borja seguiu a mesma linha de raciocínio desenvolvida pelo senador Amir Lando, relator da CPI do PC, em entrevista concedida a este jornal com exclusividade. De fato, com a responsabilidade da crítica função que exerce no órgão, o parlamentar deixou bastante claro não desejar a prorrogação do prazo deferido para as investigações. Trabalha com a hipótese de encerrar a CPI dentro do período que lhe foi assinado pela Mesa do Congresso Nacional.

Não se questiona as virtudes das Comissões Parlamentares de Inquérito como instrumentos de ação político-institucional destinados a desvendar operações escusas, localizar responsabilidades e indicar culpados. Em um país onde, ao longo de sua História, abundam atos lesivos ao patrimônio público e comportamentos políticos de todo reprovável, as CPIs são, em essência, necessária e indispensável proteção aos direitos de cidadania. Portanto, não é em direção contrária a semelhante princípio que se volta o aconselhamento de Borja, mas no rumo de atitudes capazes de reduzir os efeitos desgastantes de regra produzidos por seguidas dilações nos prazos de investigação.

Mais do que em qualquer outra fase da vida nacional, o Brasil precisa de paz política para resolver os seus problemas

crônicos, agora agravados por uma crise econômico-financeira que tem na falência do Estado o seu epicentro. Após mais de uma década de tempestuosa relação com o sistema financeiro internacional, fonte remota de suas adversidades, o Brasil conseguiu celebrar acordo gratificante com os principais credores da dívida externa. Antes, já havia acertado entendimento expresso e bastante claro com o Fundo Monetário Internacional, de modo a abrir os canais para a renegociação justa dos débitos pendentes, da ordem de 42 bilhões de dólares.

É de tal ajuste no plano externo que decorrem as demais diretrizes ao redirecionamento da economia, com um sentido de modernização julgado indispensável para levar o País a estágios compatíveis de desenvolvimento. Também se inclui nessa perspectiva o delineamento de uma nova ordem social, em função da qual sejam eliminados os focos dramáticos de pobreza, de miséria mesmo, que hoje expõem o Brasil à censura da opinião pública internacional.

As circunstâncias nada favoráveis recomendam o retorno imediato a um clima político menos traumático, de modo a permitir legítima e decisiva mobilização de vontades para o rompimento dos graves dilemas nacionais. Postas como fontes de eletricidade política de alto risco, as Comissões Parlamentares de Inquérito precisam aumentar os seus níveis de operacionalidade para que os trabalhos se encerrem o mais rapidamente possível, sem prejuízo da denúncia de eventuais culpados, elucidação dos atos considerados ilegais e indicação das providências punitivas cabíveis. Dentro de semelhante contexto, o apelo do ministro da Justiça para que as CPIs cumpram os seus deveres na perspectiva mais favorável do tempo político expressa, antes de tudo, bom-senso.